



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO**  
**TRABALHO DE CURSO II**

**GUILHERME ORNELAS PERES**

**ANÁLISE HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA EUA E IRÃ**

Goiânia

2020

GUILHERME ORNELAS PERES

**A RELAÇÃO ENTRE EUA E IRÃ**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais.

Goiânia

2020

## FOLHA DE APROVAÇÃO

GUILHERME ORNELAS PERES

A RELAÇÃO ENTRE EUA E IRÃ

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais.

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. M.a Ângela Maria Aires Teixeira – PUC Goiás

---

Dr. Renzo Nery – PUC Goiás

---

Orientador

Prof. Dr. Paulo Henrique Farias Nunes – PUC Goiás

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar e comparar as diferenças da conflituosa relação na condução da política estadunidense, dos governos de Barack Obama e Donald Trump, retratando desde o início das tensões existentes entre EUA e Irã. Para tal, recorre-se à análise da política externa dos dois governos. A política externa de Obama, diante da pressão política exercida por grupos de interesse domésticos. Elites importantes, principalmente aquelas ligadas a vertente neoconservadora da política estadunidense, ao mesmo tempo em que restringiram a atuação de Obama no cenário internacional, são base de apoio para a política externa de Donald Trump e de seu partido, o Partido Republicano. A ruptura na política externa feita por Trump, pode ser compreendida através da análise desses grupos, o que fica evidenciado no caso do Irã.

**Palavras-chave:** Política Externa, Barack Obama. Donald Trump. EUA. Irã.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze and explain the differences in the conduct of US foreign policy towards Iran by the governments of Barack Obama and Donald Trump, portraying from the beginning of the existing tensions between the USA and Iran. For this, an experimental analysis is used. foreign policy of the two governments. See that the limitations imposed on Obama's externa politic, occurred in the face of the political pressure exarcerbated by domestic interesse groups. Important elites, especially those linked to the neoconservative aspect of American politics, while restricting Obama's performance on the international scene, are a support base for the foreign policy of Donald Trump and his party, the Republican Party. The rupture in foreign policy made by Trump, can be understood through the analysis of these groups, which is evident in the case of Iran.

**Keywords:** Foreign Policy Analysis. Barack Obama. Donald Trump. USA, Iran.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reza Pahlavi	10
Figura 2 – Ruhollah Khomeini	17
Figura 3 – Saddam Hussein	21
Figura 4 – George Bush.....	29
Figura 5 – George W. Bush	29
Figura 6 - Barack Obama	34
Figura 7 – Donald Trump	37
Figura 8 – Qassem Soleimani	41

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>1 RELAÇÕES EUA-IRÃ ANTES DA REVOLUÇÃO IRANIANA.....</b>	<b>9</b>
1.1 RELAÇÕES EUA-IRÃ DO INÍCIO DO SÉCULO XX	9
1.2 REVOLUÇÃO IRANIANA	17
<b>2 TENSÕES ENTRE EUA E IRÃ PÓS REVOLUÇÃO DE 1979</b>	<b>21</b>
2.1 O PERÍODO PÓS-REVOLUÇÃO	21
2.2 O FIM DA ERA BUSH	28
<b>3 ANÁLISE COMPARADA DAS RELAÇÕES EUA-IRÃ NAS ADMINISTRAÇÕES OBAMA E TRUMP</b>	<b>34</b>
3.1 ADMINISTRAÇÃO OBAMA	34
3.2 ADMINISTRAÇÃO TRUMP	36
3.3 OBAMA, TRUMP E O IRÃ	41
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo busca realizar uma análise da relação Estados Unidos da América (EUA) e Irã desde o início do XX até o governo Trump. O teor desta monografia trata-se de uma análise onde é feita a comparação entre os governos de Barack Obama e Donald Trump.

Diante da amplitude do tema abordado, esta monografia limita-se a tratar da política externa exercida pelos dois governos em sua relação com o Irã. Nota-se que há diferenças substanciais no relacionamento dos dois governos com o Irã, o que fica demonstrado claramente no decorrer do trabalho.

Ao analisar o porquê da política exercida pelos dois governos, entende-se que a da política externa dos EUA com o Irã, entre o governo de Barack Obama e Donald Trump, tem sua explicação na atuação de distintos grupos de interesses atuantes em seus governos.

Parte da problemática da presente monografia, passa, conseqüentemente, pela diferença dos componentes responsáveis por definir a variação da política externa. Desta forma, o primeiro capítulo do estudo traz uma revisão da cronologia das relações entre EUA e Irã. Trazendo a baila as relações ainda no início do século XX e, principalmente, a revolução iraniana de 1979.

No segundo capítulo, são abordadas as tensões existentes entre EUA e Irã em decorrência da revolução iraniana. Onde num primeiro momento foi abordado o período pós-revolução levando em conta as peculiaridades existentes do período e posteriormente foi retratado as tensões decorrentes do fim da era Bush.

No terceiro capítulo, foi realizado um breve resumo da política externa de Barack Obama e Donald Trump. Neste momento é possível observar os entraves domésticos e a implementação da política externa, dando ênfase na atuação dos grupos de interesse. Ao mesmo tempo, as divisões domésticas e o favoritismo de algumas vertentes da sociedade ao conservadorismo, explica de forma clara a ascensão de Donald Trump e a sua tática de política externa. Observa-se que a política externa de Trump tem o respaldo em interesses concretos do establishment estadunidense. Essa característica torna o governo Trump mais previsível e tangível, tendo suas ações quase sempre apontadas como excêntricas.

Sendo assim, o trabalho aqui defendido é demonstrado pela análise empírica do caso iraniano. Pode-se concluir que a atuação dos grupos de interesse esclarece os embaraços encontrados por Obama na realização de uma política externa mais assertiva e com resultados mais simbólicos do que concretos. Deste mesmo modo, esses grupos de interesses possibilitam que Trump consiga reverter a política externa praticada por Obama, acontecimento que se comprova na análise do Irã.

# 1 RELAÇÕES EUA-IRÃ ANTES DA REVOLUÇÃO IRANIANA

## 1.1 RELAÇÕES EUA-IRÃ DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Segundo Pollack (2004) na primeira metade do século XIX ocorreram os primeiros contatos entre norte-americanos e iranianos, momento esse em que os primeiros navios mercantes dos EUA entraram no Golfo Pérsico. No ano de 1856 foi assinado o Tratado de Amizade e Comércio, mas somente vinte e sete anos mais tarde os EUA abriram representação diplomática, sob forte pressão do país que tinha o desejo de se livrar das excessivas ingerências britânicas e russas. O Irã então acreditava que pela distância geográfica existente entre EUA e Irã, não haveria ambições imperiais em relação ao Golfo (POLLACK, 2004).

Devido à existência de governos fracos, autoritários e ilusionistas o Irã literalmente se partiu ao meio. No ano de 1907, Grã-Bretanha e Rússia foram responsáveis por dividir o Irã. Na divisão os britânicos ficaram de posse com o sul do Irã e a Rússia com o norte do país. Apenas uma faixa localizada entre o norte e sul foi declarada como de autonomia iraniana, porém essa autonomia se limitava aos interesses estrangeiros (KINZER, 2003).

Essa divisão não foi realizada de forma consentida, visto que o Irã não foi consultado sobre a decisão, sendo apenas informado do acordo estabelecido em São Petersburgo. No ano de 1919, ocorreu então outro golpe ao país, foi a imposição pela Grã-Bretanha do chamado acordo Anglo-Persa, onde a mesma assumia o controle do exército iraniano, o tesouro, redes de transporte e comunicações (POLLACK, 2004).

O Irã então perdia sua soberania, trazendo um sentimento de inconformismo no povo iraniano. Nesse cenário surgiu então Reza Khan, um líder carismático treinado nas Brigadas Cossacas. Reza Khan tendo o comando de um grupo de oficiais de plena confiança derrubou o xá, extinguindo então a corrupta dinastia. Reza então começou a governar com mão de ferro, tendo como inspiração Kamal Atatürk o então responsável pela modernização da Turquia. Assim como Kamal, Reza refreou o papel desempenhado pela religião na sociedade e incitou o culto a sua personalidade. No governo de Reza Khan eram aplicados castigos públicos,

torturas generalizadas e prisões de dissidentes políticos. Por outro lado, Reza reduziu a influência de estrangeiros no país, impedindo a venda de terras a não-iranianos e também foi responsável por revogar a concessão britânica para produzir moeda nacional. O líder também foi responsável pela construção de fábricas, portos, hospitais, edifícios, avenidas, introduziu o sistema métrico e o casamento civil. No ano de 1935, Reza afirmou que o nome do país passaria de Pérsia para Irã (KINZER, 2003).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, Reza mostrou-se atraído pelo nazi-fascismo, com isso seus aliados temendo uma retaliação da URSS forçaram sua abdicação em 1941. Em seu lugar assumiu o trono seu filho Mohamed Reza Pahlavi (Figura 1), que havia estudado em Londres e que não dominava a língua persa. Devido interesses britânicos no Irã, Mohamed se tornou um fantoche dos europeus realizando suas vontades sem apresentar resistência. Uma das influências britânicas mais significativas foi a escolha dos primeiros-ministros, os governantes de fato no regime iraniano (POLLACK, 2004).

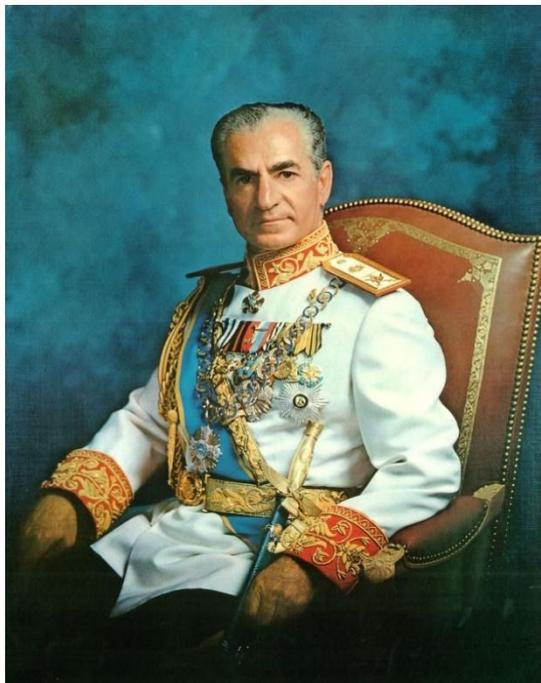


Figura 1 – Reza Pahlavi  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).

Diante desse cenário de instabilidade política e econômica houve o afastamento de investidores no país. O Irã para se livrar do domínio soviético, tinha

como esperança os EUA, porque consideravam seu apoio sólido. Embora os EUA não ignorasse o Irã, ele também não atendia expectativas impostas. O foco estadunidense no Irã era a sua instabilidade interna, enquanto Mohamed tinha por objetivo investir dinheiro no país visando defender o mesmo de uma invasão soviética. Nesse contexto, os EUA acreditavam que a prioridade do Irã deveria ser o desenvolvimento econômico, deixando por conta dos EUA a missão de manter os soviéticos distantes (KINZER, 2003).

No decorrer dos anos o Irã solicitou ajuda financeira a Washington, que prontamente concedeu verbas ao país, porém os valores recebidos estavam sempre abaixo das expectativas iranianas (POLLACK, 2004).

Era grande a influência do governo britânico, principalmente por meio da *Anglo-Iranian Oil Company*, além das condições de trabalho oferecidas pela companhia que eram desumanas e alimentava um sentimento de humilhação e revolta. Segundo o diretor do Instituto Iraniano do Petróleo, (FARMANFARMAIAN, 2005), as condições de trabalho na refinaria eram precárias. Segundo o diretor, o salário dos empregados se resumia a cinquenta centavos por dia, não tendo direito à férias remuneradas, licença por doença ou indenização por invalidez. O ambiente oferecido era totalmente insalubre não havendo água encanada ou eletricidade. No período do inverno, havia alagamentos e infestação de moscas no vilarejo. No período que compreendia o verão, o teto das casas do vilarejo que eram feitos de barris de petróleo enferrujados, sufocava os moradores. Realidade diferente vivida pelos administradores da Anglo-Iranian que viviam em casas enormes e bem arejadas (KINZER, 2003).

Diante desse cenário a população de Abadan se revoltou contra as condições de trabalho e de vida, levando seus protestos ao *Majlis* (parlamento), onde passaram a exigir melhores condições de trabalho dos britânicos. Os britânicos então fizeram uma proposta que ficou conhecida como Acordo Complementar, que apresentava melhorias nas condições de trabalho, como por exemplo, na redução da área explorada, porém não ofereciam treinamento para cargos mais altos na companhia, além de não autorizarem a auditoria iraniana nos livros da empresa. Outra exigência feita pelos iranianos era um acordo mais justo para ambas as partes, ao invés de receber apenas 16% do lucro da empresa, foi proposto que a Grã-Bretanha dividisse os lucros pela metade com o Irã. Porém ao menosprezar os

pedidos iranianos, comportamento típico de países colonialistas, houve o crescimento de lideranças nacionalistas (KINZER, 2003).

No ano de 1947, o deputado Mohamed Mossadegh redigiu uma lei onde ficava proibida a concessão futura de quaisquer atividades econômicas a empresas estrangeiras, e ainda ordenava a renegociação do contrato com a Anglo-Iranian. O apoio popular do deputado foi esmagador, eleito no ano de 1951 com quase 100% dos votos, e diante desse cenário, não havia como executar um golpe (KINZER, 2003).

Ao descobrir a conspiração dos britânicos contra si, Mossadegh rompe relações diplomáticas e expulsa do país todos os agentes britânicos. É nesse momento que os EUA entram no processo. A troca de comando da política norte-americana favoreceu os golpistas. Com a retirada de Truman e entrada de Dwight Eisenhower, o republicano foi convencido pelo escritório da CIA em Teerã (liderado por Kermit Roosevelt, neto do lendário presidente Theodore) que o Irã estava prestes a ter uma crise no abastecimento de petróleo, vez que estava prestes a cair na órbita soviética (ARMSTRONG, 2001).

Diante disso, houve a contratação de gangues para fazer arruaças no centro da cidade em nome de Mossadegh. O vandalismo, a propina para jornalistas para manipular a opinião pública, juntamente com o embargo imposto ao país pela Grã-Bretanha, trazia sérios problemas econômicos e sociais no país. Em 19 de agosto, gangues foram pagas com dólares americanos e oficiais foram comprados com promessas de cargos, e em conjunto marcharam rumo à casa de Mossadegh. O então primeiro-ministro foge e sua cadeira é assumida pelo general Zahedi, escolhido pelos britânicos. Zahedi que se encontrava refugiado em Roma desde o início das instabilidades. Zahedi retornou para a execução do golpe, Operação Ajax, que se tornou público anos mais tarde (KINZER, 2003).

Os jornalistas da época noticiaram que o clamor popular havia derrubado Mossadegh, sendo este retratado como intransigente e fanático. Somente em 1980, quando o próprio Kermit Roosevelt revelou os detalhes do golpe em seu livro *Countercoup: Struggle for Control in Iran*, foi descoberto o que realmente havia acontecido (ARMSTRONG, 2001).

O papel dos EUA no golpe foi preponderante, em especial no que diz respeito ao *know-how* da CIA e aos fartos recursos financeiros utilizados para a sua execução. Mossadegh, primeiro-ministro do país, em 1951, era um nacionalista, que defendia o controle por parte do Irã das suas riquezas petrolíferas. Por causa de sua enorme popularidade, o xá do Irã aceitou sua eleição, com sucesso se opôs às atribuições da União Soviética de uma concessão de petróleo. Foi também favorável à nacionalização da Anglo-Iranian Oil Company. Como foram desfeitos importantes segmentos da elite, que não mais negociava com os britânicos, acarretando prejuízos a grandes empresários. O papel dos estadunidenses e ingleses foi incitar esses sentimentos já existentes, para então unir a fragmentada oposição ao primeiro-ministro e levar a cabo o golpe (KINZER, 2003).

Diante desse cenário político, buscando um maior desenvolvimento, o Irã teve como base duas grandes forças: o petróleo e os EUA. Houve um esforço dos governos norte-americano e britânico em derrubar o governo nacionalista de Mossadegh, com o novo acordo houve a manutenção da nacionalização juntamente com um acordo 50-50 que veio a se tornar padrão na época. O plano de Mossadegh, baseado no compromisso de 1948, entre o governo venezuelano de Rômulo Gallegos e Creole Petroleum (extinta empresa de petróleo americana, que atuava na Venezuela), dividiria os lucros do petróleo 50-50, entre o Irã e a Grã-Bretanha. Os britânicos recusaram esta proposta e começou a planejar a derrubar o governo iraniano. Desta forma, os iranianos viram as portas de diversos mercados se abrirem para o petróleo produzido, até mesmo com auxílio técnico de empresas norte-americanas na exploração *off-shore*. Embora houvesse a melhora do mercado, o xá continuou a pedir dinheiro a Washington, com o intuito de reforçar seu arsenal ao invés de combater as desigualdades sociais. Mesmo não concordando com as intenções do xá os EUA liberaram 500 milhões de dólares em ajuda financeira entre os anos de 1959 e 1961 (KINZER,2003).

Com o intuito de agradar Washington e demonstrar lealdade, houve uma aproximação de Pahlavi e Israel, o que ia de encontro com o praticado por outros países árabes que, sob influência do nasserismo e ressentidos com o apoio incondicional dos EUA ao estado judeu, acabaram entrando na órbita soviética. Isso veio a causar insatisfação entre os iranianos. O escasso investimento em educação,

saúde, segurança e as fraudes nas eleições parlamentares levaram o Irã a momentos instáveis devido a obsessão militar do xá.

Nos EUA, com a ascensão de Kennedy ao poder a tendência norte-americana de exigir reformas liberalizantes aos seus aliados no Terceiro Mundo se exacerbou. Diante da pressão norte-americana, Reza Pahlavi indicou Ali Amini, um desafeto como primeiro-ministro. Anteriormente, Amini havia sido ministro das finanças de Mossadegh e também embaixador iraniano em Washington, conquistando boa reputação.

Amini foi responsável por trazer reformistas para ministérios-chave como o da educação e da agricultura, tomando medida anticorrupção. O projeto de reforma agrária foi confiado a Hassan Arsanjani, que tinha a intenção de reduzir o poder dos senhores de terra iranianos. Arsanjani implantou a reforma de modo rápido agradando os camponeses, porém não agradou pessoas influentes na sociedade iraniana, entre elas os aiatolás, pois estes tiveram suas terras desapropriadas.

As medidas tomadas por Amini não conseguiram sensibilizar o xá, além disso este estava incomodado com a insistência de Amini em reduzir o orçamento militar. Utilizando como pretexto o governo sem parlamento de Amini, o que o tornava ilegítimo, houve então a demissão do primeiro-ministro com o apoio dos EUA. Para tomar seu lugar foi chamado Assadollah Alam, que ajudaria o governo a conseguir a maioria no *Majlis* e ainda derrubaria a lei de reforma agrária do ministro Arsanjani.

A Revolução Branca de Reza Pahlavi originou privatizações, deu as mulheres o direito de voto e manteve de forma mais contida a reforma agrária. Embora houvesse um apoio inicial dos camponeses a Revolução Branca não vingou. O interesse dos latifundiários não estava na reforma agrária, posicionando-se contra as privatizações. Além disso, as mulheres perceberam que seu voto, assim como o de seus maridos e irmãos, não tinha muita validade no Irã. Embora o país começasse a apresentar bons índices de alfabetização, a reforma agrária falhou. Muitos donos de terras usaram de sua influência junto ao governo para não perderem suas terras. E quando a desapropriação era inevitável, ela ocorria de forma reduzida, ou seja, eram desapropriados pequenos lotes que não eram capazes de produzir de forma satisfatória. A reforma agrária também não previa programas de financiamento a pequenos produtores. E não havendo produção, também não havia dinheiro, o que

tornava os agricultores dependentes financeiramente do governo. Diante desse cenário e com todos os problemas relatados houve um grande êxodo rural, que inchou a capital Teerã com mão de obra desqualificada para trabalhos urbanos. Não havendo também incentivo para a abertura de pequenos empreendimentos nem na qualificação de mão de obra.

Simultaneamente a esse cenário, houve o declínio das relações entre EUA e Irã que declinavam. O assassinato de John Kennedy e o surgimento do conflito no Vietnã levaram os EUA, então sob a liderança de Lyndon Johnson a uma política externa que se preocupava em defender os interesses estadunidenses e não mais os interesses de seus aliados do Terceiro Mundo. Essa falta de atenção voltada ao Irã teve como resultados dois pontos negativos: a oposição fortalecida e o interesse do xá em posicionar o Irã entre as três maiores potências militares do mundo.

Com a chegada de Richard Nixon e Henry Kissinger, seu secretário de estado, a Guerra Fria passou a ser um jogo de xadrez disputado entre EUA e URSS, onde as demais potências seriam as principais peças e o Terceiro Mundo os peões. Simultaneamente a esta visão veio a Doutrina Nixon que não queria o envolvimento do exército norte-americano nos conflitos dos países de terceiro mundo.

A partir daí os EUA começaria a apoiar apenas o lado que fosse ao encontro de seus interesses, enviando dinheiro e armas, mas não homens. Com base nesse pensamento, o modelo ideal para os norte-americanos era a escolha de “xerifes” que comandassem cada região do mundo. No caso do Oriente Médio o xá era considerado aliado incondicional dos EUA. Como vantagem advinda do *status* de aliado de Washington no mundo islâmico ao lado da Arábia Saudita, pode-se citar duas: a ausência de não intervenção dos EUA nos interesses internos do país e a venda irrestrita de qualquer arma não-nuclear dos EUA.

Embora houvesse a colaboração entre os dois países, o ponto em que havia maior divergência era o preço do petróleo. Apesar de não ter participado do embargo promovido pela OPEP em 1973, o Irã tomou proveito da crise e aumentou de forma extraordinária seus lucros. No ano de 1975, as receitas provenientes do petróleo passaram de U\$885 milhões, em 1971, para U\$17,8 bilhões. Diante de tais receitas, o xá decidiu investir os lucros do petróleo em mais armamentos. Com isso

o orçamento militar subiu de U\$1,4 bilhões em 1972 para U\$9,4 bilhões em 1977 (KINZER, 2003).

Embora obtivesse lucros exorbitantes, os EUA não se descontentaram com a estratégia desenvolvida, pois o dinheiro gasto em petróleo retornava para os EUA quando adquiria armamentos no país. Embora o apresentasse uma boa economia com o petróleo, a corrupção aumentava com o passar dos anos. Com isso o povo não se beneficiava dos lucros vindos do petróleo, tornando os males de países do Terceiro Mundo cada vez mais presentes, como por exemplo, a fome, miséria e desnutrição. As indústrias no país eram escassas, e quando havia era necessária mão de obra especializada, o que não era capaz de gerar emprego e renda, porque as empresas preferiam importar mão de obra especializada a treinar o povo nativo.

Em meados de 1976, Reza Pahlavi começou a cogitar sua sucessão ao descobrir um câncer. Para melhorar o clima de sucessão para seu filho, Reza afrouxou a repressão, mesmo que por pouco tempo. No ano de 1977, Khomeini estava exilado em Najaf, no Iraque, com seu filho Mustafa, que foi envenenado e morto, num crime que a família sempre atribuiu ao serviço secreto do último xá da Pérsia, Reza Pahlavi. Embora a população do Irã, lamentasse a morte de Mustafa, na contramão da tradição xiita, o xá proíbe qualquer manifestação pública de pesar.

Ainda em 1977, o xá e sua esposa visitam oficialmente o democrata Jimmy Carter, o presidente eleito. Nesta visita, milhares de estudantes iranianos que residiam nos EUA foi a sede do governo americano protestar contra o regime iraniano, sendo dispersados pela polícia norte-americana. Ao retornar ao Irã, o xá voltou a exercer seu governo repressor.

Ainda no clima da morte do filho de Khomeini, o presidente Carter retribui a visita de Pahlavi, visita o Irã. Ao apoiar o xá na visita, Carter assume o papel de inimigo. O povo iraniano não entendia como Carter, que se dizia cristão praticante e defensor dos direitos humanos apoiava o governo de um torturador e repressor do povo. Em um pronunciamento Carter piorou sua imagem ao dizer que o Irã era como uma ilha de estabilidade numa região turbulenta do mundo, o que deixava clara a sensação de abandono do povo iraniano e que o apoio externo era apenas uma ilusão (POLLACK, 2004).

## 1.2 REVOLUÇÃO IRANIANA

No ano de 1978, o xá manda realizar a distribuição de um panfleto que acusava Khomeini (Figura 2) de trabalhar para o serviço secreto inglês, colocando em dúvida sua integridade moral diante da sociedade. Diante da situação quatro mil estudantes vão as ruas em forma de protesto exigindo a liberdade de expressão, além da reabertura da escola religiosa *Fayziyyah* (que havia sido fechada pelo governo), além da libertação de presos políticos e o retorno de Khomeini. Como resposta ao protesto, a polícia do xá abriu fogo contra os jovens que estavam desarmados, resultando na morte de setenta estudantes (ARMSTRONG, 2001).

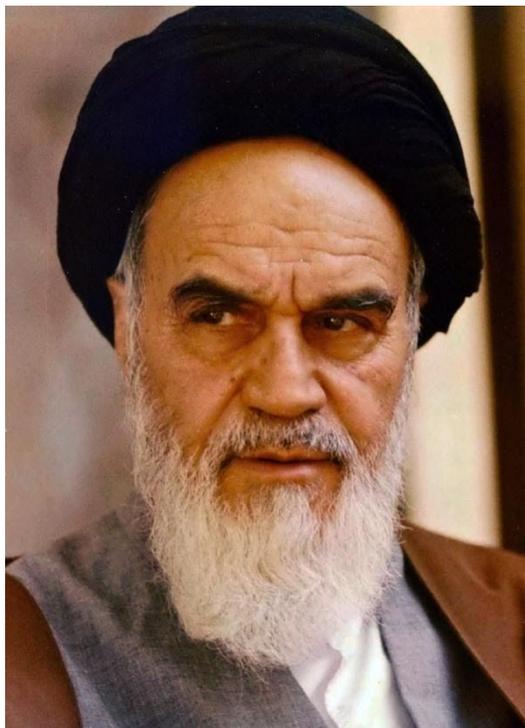


Figura 2 – Ruhollah Khomeini

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).

A partir desse fator, o Irã foi tomado por diversos confrontos entre xiitas e o exército iraniano, e que sempre resultavam em centenas de pessoas mortas. Diante do polêmico cenário, e para agravar ainda mais a situação, o governo retirou os subsídios dados às instituições religiosas xiitas. Ainda numa nova onda de ataques,

vários cinemas foram incendiados com pessoas dentro por exibirem filmes que apresentavam conteúdo impuro e pecador (POLLACK, 2004).

Depois destes acontecimentos, a revolução passa a ser liderada pelos xiitas. A luta tinha como objetivo central as manifestações de pesar vindas da morte das vítimas da repressão. A cada conflito somava-se mais mortes que eram lamentadas após quarenta dias, desta maneira os protestos aumentavam e a revolução ia tomando forma (YERGIN, 2009).

As manifestações tomavam proporções gigantescas cada vez mais, totalizando meio milhão de iranianos em Teerã, gritando *slogans* revolucionários. Diante da crescente onda de manifestações, o xá decreta lei marcial e no dia seguinte a polícia abre fogo contra a população matando cerca de 300 manifestantes. Teerã, a capital do país, foi ainda cenário de protestos que terminaram em um massacre, dia conhecido como “sexta-feira negra” (MAUGERI, 2006). Segundo Yergin, (2009, p. 766), “esse foi o momento decisivo. Daí em diante, o governo do xá entrou em colapso como força de controle efetiva”.

Em meio ao caos pré-estabelecido, Khomeini convoca mais greves em todo Irã, e é prontamente atendido. Ao chegar nesse ponto, a revolução iraniana já era irrefreável. Como medida de contenção, o xá solicita a Saddam Hussein a expulsão de Khomeini do Iraque. Ao ser expulso, Khomeini vai para Paris, onde ganha ainda mais visibilidade e popularidade (YERGIN, 2009).

Somado às greves, violentos protestos ocorriam. O xá, já enfraquecido pelo câncer não conseguia tomar as decisões necessárias para controlar sua nação, ao contrário, buscava instaurar um programa de liberalização no país (POLLACK, 2004).

Da mesma forma que os diversos setores do país, a indústria petrolífera foi acometida por greves e caminhava para o verdadeiro caos. Em decorrência da greve, as exportações de petróleo caíram de 4,5 milhões bpd (barris de petróleos diários) para menos de 1 milhão bpd. Diante do caos, foi instaurado, pelo xá o governo militar, e com a presença de tropas nos campos de petróleo, a produção voltou ao normal temporariamente (YERGIN, 2009).

No fim de 1978, Khomeini prometeu um mês de vingança. Em todo país ocorreram protestos violentos que resultaram em mortes. A violência chegou

também à indústria petrolífera, quando o gerente geral sofreu um atentado na porta de sua casa. Embora tenha saído vivo do atentado, a indústria petrolífera foi tomada pelo pânico e começaram a ser traçados planos de evacuação para os trabalhadores expatriados. Diante desse cenário, a greve voltou e novamente houve queda na produção de petróleo (YERGIN, 2009).

Para agravar ainda mais a situação, um executivo foi morto a caminho do trabalho com um tiro na cabeça dentro de seu próprio carro. Com isso, deu-se início ao processo de evacuação dos trabalhadores expatriados. Chegando a cessar completamente as exportações de petróleo (POLLACK, 2004).

Além de afetar o mercado internacional, a queda na produção de petróleo afetou também o consumo interno do Irã. A população passou a enfrentar longas filas para obter gasolina ou querosene, que também eram utilizados para cozinhar. Diante da calamidade instaurada, os governantes determinaram a retirada do xá e a formação de um governo de coalizão. Diante desses acontecimentos, determinou-se a retirada de trabalhadores estrangeiros do país (POLLACK, 2004).

Em novembro de 1978, foram às ruas de diversas cidades iranianas cerca de um milhão de pessoas. Nesse momento o exército passou a desobedecer a ordem de atirar nos manifestantes, chegando a um total de mil deserções por dia. No dia do feriado xiita de *Ashura* as manifestações atingiram seu ápice, com um total de nove milhões de pessoas na rua em todo o Irã, desse total um milhão apenas na capital do país. Sem forças para uma represália o xá então suspende a lei marcial, convocando para um governo de reforma o democrata liberal Shapour Bakhtiar. Em janeiro de 1979, tendo como alegação uma viagem de férias o xá deixa o Irã definitivamente (YERGIN, 2009).

A saída de Mohammed Pahlavi em 1979 marcou o fim da dinastia Pahlavi, o que deixou o Irã em festa. O regresso de Khomeini ao Irã, com um grupo de revolucionários, sob a liderança de Mehdi Bazargan. Houve então um conflito entre as tropas de coalizão e Khomeini, que terminou com o governo do Irã. Situação essa que deixou o mercado de petróleo em pânico (MAUGERI, 2006).

Segundo Pollack (2004), foram dois os erros dos EUA em relação à situação no Irã. O primeiro foi se apegar de forma incondicional ao xá lhe entregando uma autoridade absoluta, não levando em conta as manifestações populares, que eram

percebidas apenas como uma onda que logo se acalmaria por si só ou por meio da repressão do regime. O segundo erro foi não persistir com o xá no tópico direitos humanos, mantendo a aliança e pressionando por um governo mais humano.

Ainda segundo Pollack (2004) embora a Savak, polícia criada pelo xá, não tivesse recebido treinamento militar, os EUA tinham conhecimento acerca do que acontecia nos porões da ditadura de Pahlavi e optou por ser indiferente. Embora a indiferença do governo norte-americano pesasse mais, não há que se negar que o mundo todo também tinha conhecimento e era indiferente aos fatos, porém apenas os EUA eram capazes de fazer algo a respeito.

Após a queda do regime do xá, os EUA se dividiu em duas vertentes. Numa primeira o Conselho Nacional de Segurança afirmava que a situação do Irã era reversível e demonstrou apoio a um golpe militar. Numa outra vertente o Departamento de Estado enxergou uma oportunidade em meio a Revolução, propôs à Casa Branca uma coalizão formada por liberais e opositores do regime do xá, uma vez que não acreditavam que o país poderia ser governado sem que ocorresse a inclusão da classe média liberal na administração do país (CHOSSUDOVSKY, 2004).

Em meio as duas vertentes o presidente tentou conciliar ambas. Carter acreditava que o Departamento de Estado estivesse certo e que o comando do país pudesse se feito por liberais, mas caso isso não acontecesse ele estava preparado para apoiar o golpe. Ao enviar o general Robert “Dutch” Huyser ao Teerã, constatou-se que não havia possibilidade de um golpe, visto que as deserções em massa afetaram a ala militar, além disso, entre os militares a revolução já era um fato consumado e irreversível (CHOSSUDOVSKY, 2004).

## 2 TENSÕES ENTRE EUA E IRÃ PÓS REVOLUÇÃO DE 1979

### 2.1 O PERÍODO PÓS-REVOLUÇÃO

Após a revolução de 1979, o Irã sofreu fortes alterações em suas políticas internas e externas. Foram alterados, diversos posicionamentos políticos que acabaram dando origem a uma nova estrutura para o processo de tomada de decisões e, portanto, a descentralização desse processo em comparação ao período monárquico (FUSER, 2008).

Ante o caos pós-revolução instaurado no Irã, o líder iraquiano Saddam Hussein (Figura 3) conjecturou uma oportunidade em destruir Khomeini, seu inimigo declarado, para então eliminar de vez qualquer ameaça xiita no Iraque e obter total controle sobre o Shat-al-Arab (canal formado no encontro dos rios Tigres e Eufrates no Iraque, que também delimita as fronteiras do Irã e o sul do Iraque, no Golfo Pérsico). Hussein acreditava que, além de proteger as instalações petrolíferas iraquianas, o ataque ao Irã lhe proporcionaria benefícios na região do Khuzistão, que concentrava 90% das reservas petrolíferas do Irã (VISENTINI, 2014).



Figura 3 – Saddam Hussein  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).

Nos planos de Saddam Hussein estava se tornar um libertador da minoria árabe da região e com isso incorporar seu território ao Irã. No dia 22/09/1980, o Iraque invadiu o Irã, com a finalidade de anexar o território iraniano, Saddam Hussein, achou que o Irã não resistiria a invasão de suas tropas (período pós-revolução). Foi uma guerra sangrenta, com grandes perdas humanas e financeiras de ambos os países, sem nenhum ganho territorial. Ao fim do ataque, caso saísse vitorioso, o Iraque seria detentor de uma das maiores reservas petrolíferas da região, o que possibilitaria se tornar uma das principais potências petrolíferas mundiais e também o principal líder árabe. Segundo Fuser (2008, p. 166), “o que estava em jogo aos olhos do líder iraquiano era a hegemonia regional”. O autor ainda relata que o governo estadunidense encorajou o Iraque de forma sigilosa com o intuito de “arrancar definitivamente esse país da órbita soviética e usá-lo como um instrumento na nova frente de combate contra os aiatolás iranianos” (FUSER, 2008, p. 167).

A princípio Khomeini não tinha o intuito de reivindicar o exercício do poder. Ao contrário do que era apregoado pela mídia ocidental, Khomeini retornou à Faculdade de Teologia de Qom, local onde lecionava antes de ir para o exílio. O intuito de Khomeini era deixar o poder nas mãos dos revolucionários. Porém há uma mudança de planos quando da elaboração de uma nova constituição para o país (VISENTINI, 2014).

Os grupos revolucionários eram compostos desde liberais a marxistas, que tinham por objetivo derrubar o xá e para isso aproveitavam da popularidade conquistada por Khomeini para então conseguirem instalar um governo religioso. Dentro desses grupos cada membro tinha sua visão do que deveria ser o novo governo do Irã. Dentre as diversas visões havia aqueles que queriam aderir ao modelo francês, com um forte presidente, outros apresentavam outras mudanças, mas nenhum deles mostrava sua intenção de inserir o clero no governo (CHOSSUDOVSKY, 2004).

Decidiu-se então que por meio de uma assembleia dos notáveis, grupo encarregado de escolher, supervisionar e eventualmente demitir o guia supremo. Temendo serem marginalizados ou excluídos do processo, alguns seguidores de Khomeini introduziram uma emenda onde eram vetados alguns candidatos para então conseguirem a maioria. Na constituição redigida o poder do presidente foi

reduzido, ficando ele abaixo do Líder Supremo, o *Velayat-e Faqih*, comumente chamado *Faqih*. A criação deste cargo se deu a partir da intenção em barrar influências seculares, mantendo a revolução no caminho islâmico. Mas os poderes do *Faqih* eram enormes, com poder de veto até sobre o nome do comandante-em-chefe (CHOSSUDOVSKY, 2004).

Assim como no Ocidente, o poder se dividiu em executivo, legislativo e judiciário, sendo que para cada cargo havia outro cargo que possuía poder equivalente exercido por um clérigo. Na área judiciária houve a criação de tribunais revolucionários para o julgamento de indivíduos acusados de comportamento anti-revolucionário, julgamento esse feito a portas fechadas. No poder legislativo o parlamento era composto por duzentos e setenta membros que eram regidos por doze membros do Conselho dos Guardiões, que possuíam poder de veto sobre leis de cunho antiislâmico. A relação conflitante entre os dois grupos chegou ao ponto de ser necessária a criação de um conselho com o intuito apenas de intermediar as discussões entre eles. Além disso, as decisões do presidente ainda eram analisadas pelo Líder Supremo que tinha poder de veto sobre todas as decisões.

Em 1979, com a criação da Constituição instituiu-se um regime híbrido, “uma democracia eleitoral, com voto feminino, tutelada por um regime teocrático com poder de veto” (VISENTINI, 2014, p.242).

A República Islâmica do Irã tem como objetivo um sistema político que avança no sentido de representar de forma genuína as vontades populares, mesmo não sendo democrático e nem tenha os padrões da democracia ocidental. Neste sistema os iranianos podem se reunir em organizações políticas livremente, porém ainda há certas opiniões que não são permitidas no novo sistema (WRIGHT, 2000).

A Constituição deu ao Parlamento poder de legislar e também assentos para as minorias religiosas já muito embora não representasse todas as minorias. As eleições de modo geral aparentam seguir a vontade do povo, vez que a cada ano foram eleitos candidatos diferentes, ainda que em grande parte das vezes foram influenciados pela decisão do líder supremo e do Conselho de Guardiões (SPOHR, 2013).

No ano de 1980 ocorreu a primeira eleição presidencial no Irã, quase um ano após a Revolução, sendo impedido de concorrer qualquer clérigo, dando indícios da

intenção em não se instalar um regime teocrático. A recente República Islâmica do Irã apresentou dificuldades em manter seus presidentes (WRIGHT, 2000).

Após a rápida gestão de Mehdi Bazargan, o próximo presidente eleito foi Abol Hassam Bani Sadr, candidato apoiado por Khomeini. Bani Sadr era filho de um famoso aiatolá, e foi ativista político durante a juventude, na época de Mossadegh lutou pela nacionalização do petróleo. Embora tenha estudado teologia, Bani Sadr, não se formou na área. Na década de 1960, formou em economia pela Universidade de Teerã. Durante sua formação, tornou-se mais politicamente ativo, sendo preso por duas vezes. Após sua libertação foi morar na França, onde deu início aos estudos de filosofia. Ainda na França conheceu Khomeini, quando esteve exilado em Paris, tornando-se seu braço direito, chegando a se auto-intitular “filho espiritual” do religioso. Embora com todo esse currículo ativista, não se pode negar que Bani Sadr era um idealista, um intelectual liberal que tinha idéias muito moderadas para o momento histórico do Irã (WRIGHT, 2000).

Por volta de 1981, membros do Islamic Republican Party (IRP), persuadiram Khomeini de que Bani Sadr estava tramando contra o governo do Irã. Bani Sadr é então demitido em junho, após presidir por apenas dezessete meses. Após ser exilado em Paris, Bani Sadr, se torna um dos maiores opositores de Khomeini e o acusa de traição e por ter apenas substituído uma ditadura por outra (CHOSSUDOVSKY, 2004).

Após a revolução eventos modificam a inserção internacional do Irã. O primeiro evento se refere a crise dos reféns (1979-1981) uma crise diplomática entre Irã e EUA, momento esse em que norte-americanos foram mantidos reféns em uma embaixada americana em Teerã, após a invasão de um grupo de estudantes e militantes islâmicos que manifestaram apoio a Revolução Iraniana. Esse evento marca o início das sanções econômicas contra o Irã e que contribui para o enfraquecimento dos laços entre os dois países. O segundo evento trata-se da Guerra Irã-Iraque (1980-1988) onde há o enfraquecimento do Iraque e a recente república iraniana é fortalecida e da figura do seu líder. Agora, a revolução se mostra hostil não apenas ao antigo regime, mas também aos seus apoiadores internacionais (SPOHR, 2013).

A crise dos reféns se deu em 14 de fevereiro de 1979, onde o grupo marxista *Fedayin e Khalk* invadiu e ocupou a embaixada norte-americana em Teerã. O governo de Khomeini desaprovou o ataque e um dos mais próximos colaboradores do líder religioso, Ibrahim Yazdi reuniu um grupo de centenas de estudantes da Universidade de Teerã para libertar a embaixada. Porém no mesmo ano, um grupo de trezentos estudantes fez o mesmo, mas agora com a aprovação de Khomeini. A diferença entre os dois momentos é que na época do segundo sequestro o xá encontrava-se em tratamento médico nos EUA (SPOHR, 2013).

O receio de que um novo golpe estivesse sendo arquitetado fez com que Khomeini visse nessa uma oportunidade de minar qualquer tentativa de retorno do xá. Tudo começou no final de outubro, quando oitenta estudantes se reuniram num subúrbio no norte de Teerã e decidiram fazer um protesto na embaixada americana. Os estudantes exigiam a entrega do ex-monarca para que o mesmo fosse a julgamento no Irã. O grupo afirmava ainda que a embaixada havia se tornado um “QG” da contra-revolução no país (WRIGHT, 2000).

Diante desse cenário, desde 1980 o Irã tem sido rotulado pelos EUA como patrocinador do terrorismo. Agências de inteligência norte-americanas identificaram uma ligação direta entre Teerã e o Hezbollah do Líbano, grupo responsável pelo sequestro de cidadãos norte-americanos na década de 1980 da embaixada estadunidense em Teerã.

Mas o que os estudantes não esperavam era o apoio de Khomeini. Relatos dos reféns americanos são unânimes ao lembrar os rostos estupefatos dos estudantes, quando o aiatolá apareceu na TV, dando sua “benção” à ocupação, chamando-a de “a segunda revolução” (WRIGHT, 2000). Com esse gesto, Khomeini transformou um protesto estudantil em um ato de terrorismo apoiado pelo Estado, já que estava, em rede nacional, dando seu aval a um sequestro, iniciando uma enorme crise internacional. Entre os motivos de Khomeini ter dado sua aprovação são vários: pode-se mencionar o fato de que desta vez os estudantes eram seus seguidores e não marxistas ateus, e que o líder viu no incidente uma maneira de desviar a atenção da opinião pública para o caos econômico instaurado no país causado pela fuga de investidores e profissionais qualificados, do desemprego e da inflação (POLLACK, 2004).

Nada habilidoso com assuntos econômicos (uma de suas frases mais conhecidas no Ocidente é: “Não fizemos a Revolução para abaixar o preço da melancia!” (POLLACK, 2004), é razoável afirmar que Khomeini viu na tomada da embaixada uma oportunidade de unir o Irã sob uma bandeira comum: a do antiamericanismo.

O presidente americano Jimmy Carter suspende a compra de petróleo do Irã pelos EUA e congela os bens e depósitos de empresas iranianas no país, cerca de seis bilhões de dólares segundo o governo norte-americano. O Irã afirmava que o montante era de doze bilhões. No entanto, Carter não congelou os bens das pessoas físicas, salvando assim os bens do deposto xá Reza Pahlavi. Ao mesmo tempo age em várias frentes diplomáticas, tentando uma solução para o conflito. Esta opção fez com que os EUA obtivessem enorme apoio internacional, pois além do sequestro em si, muitos países estavam incomodados com outros atos do novo regime, como julgamentos e execuções sumárias.

Em 12 de novembro de 1979, o Ministro das Relações Exteriores do Irã apresentou quatro condições para a libertação dos reféns: 1) O retorno do xá ao Irã para um julgamento justo; 2) O retorno dos bens do xá ao país; 3) O fim da interferência estrangeira nos assuntos internos do Irã; 4) Um pedido de desculpas formal dos EUA pelos crimes cometidos contra o Irã (CHOSSUDOVSKY, 2004).

No mesmo dia Washington descobriu que o governo de Teerã pretendia anunciar a suspensão da venda de petróleo aos EUA e se adiantou proclamando que os norte-americanos não comprariam mais petróleo do Irã. No final de 1979, a URSS invadiu o Afeganistão e torna a situação dos reféns mais complicada politicamente. No contexto da Guerra Fria, os EUA dão todo apoio necessário aos *mujahedin* afegãos e a muçulmanos de várias origens (incluindo Osama Bin Laden), que correram em socorro de seus irmãos de fé. Naquele momento, calculou Zbigniew Brzezinski, chefe do Conselho de Segurança nacional, uma ação militar contra o Irã jogaria nos braços dos soviéticos e desestabilizaria a coalizão criada pelos EUA (CHOSSUDOVSKY, 2004).

No campo da diplomacia Washington tentou aprovar na ONU sanções multilaterais ao Irã. Evidentemente, a URSS utilizou seu poder de veto e resolução não foi aprovada. Como as sanções impostas pelos próprios norte-americanos não

surtiam efeito, Carter decidiu em abril romper relações diplomáticas com Teerã e negarem vistos de entrada nos EUA para iranianos. Washington ainda tentou convencer europeus e japoneses a fazer o mesmo, sem sucesso (POLLACK, 2004).

Em 24 de abril de 1980, uma operação de resgate cinematográfica se transforma num dos maiores fiascos da história americana: helicópteros americanos são surpreendidos por uma tempestade de areia, três destes caem e oito soldados são mortos durante a retirada. O então secretário de Estado Cyrus Vance, que se opusera à operação, renuncia. Com a morte do xá, no Egito, em 1980 e a invasão do Iraque ao Irã, os sequestradores tornam-se mais receptivos à negociação. Carter, totalmente desgastado com prolongamento da crise que já se arrastava há mais de um ano, perde as eleições para o ex-ator de filmes de faroeste, Ronald Reagan. Sob o intermédio de diplomatas argelinos, o sequestro chega ao fim, em 20 de janeiro de 1981, ironicamente no dia da posse de Reagan.

Para o norte-americano médio, o cerco à embaixada dos EUA em Teerã foi simplesmente um ato criminoso comum, já que seu país “nada havia feito para que tal ato se justificasse”. Além do apoio dado ao xá e ao golpe de 1953, os EUA haviam mandado o general Huyser ao Irã para analisar a situação e em último caso apoiar um golpe contra uma Revolução que contou com o apoio da esmagadora maioria da população. E isto nem era de conhecimento dos iranianos na época. A questão dos reféns se tornou uma cicatriz aberta que é lembrada toda vez que Irã e EUA se encontram no palco das Relações Internacionais. Para este cidadão médio o fato de a maior potência mundial ter sido humilhada por um país pobre como o Irã, observando impotente o sequestro de cinquenta e dois de seus cidadãos durante mais de um ano é inaceitável. Já o iraniano médio não esquece toda a interferência norte-americana nos rumos de seu país desde 1953, que afetou indelevelmente a história iraniana (CHOSSUDOVSKY, 2004).

A crise não beneficiou ninguém. A intenção dos estudantes de abrir os olhos dos norte-americanos para o papel dos EUA na história recente do país não se revelou bem-sucedida. Os norte-americanos não estavam interessados em História. Queriam apenas a libertação dos reféns e, para o cidadão comum, o Irã continuou sendo um país tão exótico e distante como o era em 1953 (SPOHR, 2013).

A ascensão da Revolução Iraniana trouxe diversas consequências para a diplomacia no Oriente Médio, sendo uma delas, o rompimento diplomático entre Irã e Estados Unidos. Para compensar a ausência de um aliado no Oriente Médio, os Estados Unidos se aproximaram do Iraque que se tornou um aliado estratégico para os estadunidenses. Tanto os Estados Unidos quanto a Arábia Saudita temiam o avanço das ideias da Revolução Iraniana para um grande produtor de petróleo como o Iraque e ainda, que esta influência fosse disseminada para o Oriente Médio árabe. Além destes fatores, ainda havia a questão da atuação soviética na região. Considerando ainda que no âmbito interno estadunidense, a maior demanda por petróleo estava no setor de transportes, seguido pela indústria e pelo consumo comercial/doméstico, Saddam Hussein na época se tornou um aliado essencial para os Estados Unidos. (CHOSSUDOVSKY, 2004).

## **2.2 O FIM DA ERA BUSH: GEORGE BUSH “BUSH PAI” (1989-1993) E GEORGE W. BUSH “BUSH FILHO” (2001-2009)**

O governo de George Bush, foi marcado por turbulências na política externa. Não foi um político carismático, porém sempre agiu com diplomacia, reduzindo ameaça das armas nucleares em 1991, com Mikhail Gorbachev, o último presidente da União Soviética. Terminou com a Guerra Fria, através de suas habilidades diplomáticas com cautela e autoridade. Na guerra do Golfo, construiu ampla coalizão internacional para expulsar Saddam Hussein do Kuwait.

Na sua política externa com o Irã, manteve as sanções econômicas impostas por seu antecessor Reagan, proibindo empresas americanas de fazerem negócios com os iranianos. No seu mandato os EUA, entraram em recessão econômica, o que custou a não reeleição, perdendo para o democrata Clinton.

George Bush evitou entrar no Iraque para combater Saddam Hussein, ditador iraquiano, deixando para o seu filho, George W. Bush (2001-2009) com resultados desastrosos de uma guerra sangrenta, que durou quase nove anos.

Já no início de seu mandato, o presidente dos EUA George Bush (1989-1993), figura 4 anunciou o início de uma “Nova Ordem Mundial” dos escombros da

Guerra Fria. Não seria permitido que um líder instável, não confiável e ambicioso como Saddam Hussein tivesse em suas mãos o controle de grande parte da exploração e do mercado mundial do petróleo com a anexação do Kuwait. Além do mais, o êxito do Iraque consentiria uma forte intimidação sobre os outros países produtores de petróleo do Oriente Médio, ameaçando assim a oferta de petróleo para os EUA (FUSER, 2008).

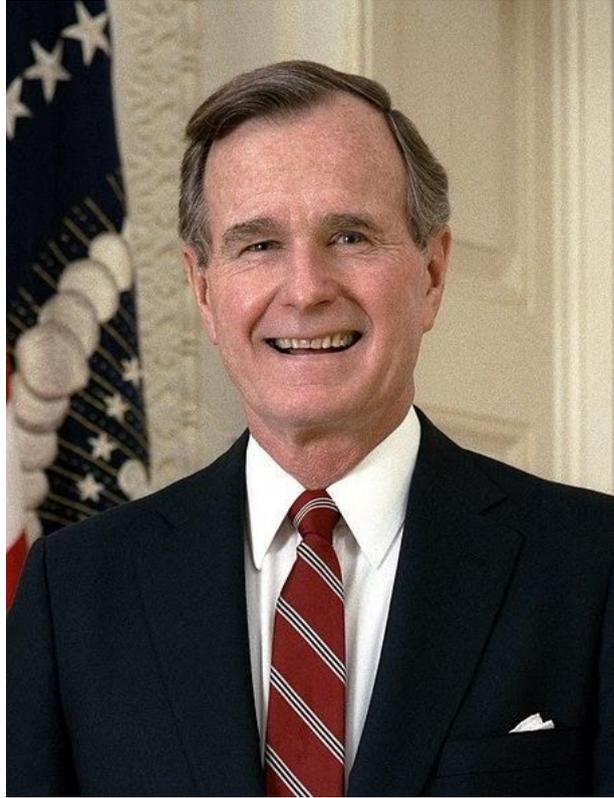


Figura 4 – George Bush  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).



Figura 5 – George W. Bush  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).

Poderia haver uma desestabilidade do Oriente Médio, caso surgisse um Iraque forte e líder do mundo árabe, prejudicando assim o equilíbrio regional e também os interesses dos Estados Unidos. Fuser (2008, p.168) descreve que “No início de 1980, Carter anunciou que os EUA consideravam o Golfo Pérsico como uma região do seu “interesse vital” e que estariam dispostos a defendê-la por “todos os meios necessários, inclusive a força militar”.

A Guerra do Golfo, consequência da invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, elevou a um grau incomparavelmente mais elevado o envolvimento militar, a influência política e os riscos dos Estados Unidos no Oriente Médio. Em 1991, pela primeira vez, tropas norte-americanas travaram uma guerra total contra um país árabe, tornando realidade um cenário que já se esboçava por ocasião do anúncio da Doutrina Carter, onze anos antes, quando os EUA se comprometeram a usar “todos os meios necessários, até mesmo a força militar” em defesa do seu “interesse vital” no Golfo Pérsico. Essa orientação geral de política externa, mantida e aplicada por Reagan, foi confirmada na gestão de George Bush (pai), iniciada em 1989. (FUSER, 2005, p.218)

Por fim, a liberação do Kuwait ocorreu de forma fácil, mesmo após seis semanas de intenso bombardeio aéreo e apenas cem horas de campanha em terra.

Segundo Noam Chomsky (2003, p.11)

A ocupação militar do Kuwait – que, se mantida com êxito, faria do ditador iraquiano um grande ator no cenário mundial – não produziu a ameaça do conflito entre superpotências e da guerra nuclear, como tinham feito os conflitos anteriores na região. Esse fato nada insignificante reflete, é claro, o colapso do sistema soviético, que deixou os Estados Unidos sem desafiantes em termos de poderio militar, e com a acentuada tentativa de demonstrar a eficácia do instrumento que só esse país pode brandir.

E 1991, o petróleo não foi o único motivo que fez com que os EUA entrasse na guerra, porém desde o surgimento da crise ele sempre esteve na roda de discussões do governo George Bush.

Logo na manhã de 2 de agosto, o dia da invasão, o presidente reuniu o Conselho de Segurança Nacional (CSN) para decidir o que fazer. A preocupação com o petróleo dominou as primeiras discussões. O Iraque e o Kuwait possuíam, somados, 20% das reservas de petróleo do mundo. Se Saddam conseguisse consolidar a anexação do Kuwait, avaliaram os integrantes do CSN, em pouco tempo estaria em condições de exercer uma forte influência sobre os preços e as condições de fornecimento do petróleo do Golfo Pérsico. Nessas circunstâncias, a correlação de forças no Oriente

Médio se alteraria radicalmente, em prejuízo dos EUA e de seus aliados na região, principalmente Israel. (FUSER, 2008, p.224)

A guerra deixou algumas consequências no país, dentre elas pode-se afirmar que o mundo árabe e muçulmano ainda enxergava o Ocidente como colonizador. A Guerra do Golfo deixou nos muçulmanos a impressão de que os países ocidentais não estão preocupados em compreender e tolerar a cultura árabe e muçulmana. A idéia de dominação foi amplamente atrelada aos Estados Unidos e do Reino Unido. Fuser (2008, p.219) expõe que “Essa presença, por sua vez, estimularia o surgimento de uma nova ameaça, uma organização terrorista islâmica ousada e agressiva, a Al Qaeda, que opera em escala internacional e tem como alvo prioritário os EUA e seus aliados”.

A principal consequência da Guerra do Golfo foi o desequilíbrio geopolítico e estratégico da região. Com o findar da guerra, os EUA passaram a ter muitas bases militares na região, o que foi muito questionado por muçulmanos mais fundamentalistas visto que estas bases se encontravam em sua maioria em território sagrado. A influência dos EUA foi tão grande a ponto de conseguir influenciar áreas antes influenciadas pela União Soviética.

As relações entre EUA e Irã se inflamaram ainda mais com o governo de George W. Bush (figura 5) (2001-2009), especialmente em 2003 após a Guerra do Iraque onde o isolamento do país na região foi concluído, os iranianos encontraram-se cercado por todos os lados por aliados do governo norte-americano (VISENTINI, 2012).

No lado oeste, a Turquia, membro da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) tem bases aéreas americanas e a ocupação do Iraque. No lado leste estão o Paquistão e Afeganistão aliados do governo norte-americano. Ao norte Turcomenistão e o Azerbaijão possuem acordos com a OTAN. Ao sul os membros do CCG (Conselho de Cooperação do Golfo) são inimigos do Irã e as petromonarquias têm bases norte-americanas. Além disso, o Golfo Pérsico, estava posicionada a marinha dos EUA, tendo como justificativa a defesa da rota do petróleo, o que selava ainda mais o isolamento do Irã (VISENTINI, 2012).

O governo George W. Bush utilizava como base três fatores condenatórios ao Irã como pertencente ao “Eixo do mal”. O primeiro deles se deve ao apoio dado ao

terrorismo. O segundo fator era a violação de direitos humanos aos seus cidadãos. Já o terceiro fator tinha relação com o desenvolvimento de um programa nuclear (SPOHR, 2013).

“A animosidade das relações entre Irã e EUA, fomentada especialmente por Israel, que teme perder sua hegemonia nuclear na região, é o principal fator provocador da intensidade dessas críticas” (SPOHR, 2013, p.68). Neste caso, o EUA desconsidera que o Teerã nunca havia declarado a busca de armas nucleares ou o fato de ser signatário do TNP, considerando o encerramento de seu programa nuclear como condição para a abolição do regime de sanções.

A inimizade entre Irã e EUA acaba por contribuir na modulação de políticas de direitos humanos do governo do Irã. Porém, isso não significa que as políticas domésticas do Irã sofrem influência das críticas internacionais, isso porque a política iraniana tem sua derivação do Alcorão e da jurisprudência islâmica. Entretanto, mesmo na esfera interna, o Irã é acusado de violações semelhantes as praticadas pelo xá (KARABELL, 2000).

Entidades internacionais, como a ONU e a Anistia Internacional, acusam o Irã desde 1979 de cometer violações de direitos humanos contra seu povo, como por exemplo: tortura, açoitamentos, choque elétrico, afogamento, amputações e execuções dentro das prisões iranianas. Diante das críticas internacionais, o Teerã têm respondido de diversas maneiras: negando as violações, protegendo práticas santificadas pela lei islâmica ou culpando os EUA por difamar seu país e causar seu isolamento (KARABELL, 2000).

Até 1979, o Irã é governado por monarcas que possuem absoluto poder e exceções extremamente restritas. Com a chegada da República Islâmica, o Irã começa a se transformar em diversos aspectos. Todavia, pode-se afirmar que nem no passado e nem no presente há uma tradição absoluta de direitos humanos, mas sim uma compreensão da existência dele em outro contexto. Na República Islâmica, os direitos humanos, são percebidos, demarcados e elaborados pela supremacia de Deus, do Alcorão e do legado de Khomeini (SPOHR, 2013).

Na visão do Irã, o regime internacional de direitos humanos é um elemento que compõe o sistema hegemônico controlado pelo governo norte-americano. Desta forma, o Irã condena o histórico de direitos humanos, sendo por ele interpretado

como ataque, não levando em consideração a instituição (ONU, Anistia Internacional, ONGs), pois no seu ponto de vista todas essas instituições fazem parte do sistema hegemônico dominado pelos norte-americanos. Desta forma, o país faz uso do contexto do relativismo cultural e recusa as críticas tendo como base que as sociedades ocidentais não tem autoridade para impor suas normas sobre o povo iraniano (SPOHR, 2013).

Muitos membros que faziam parte do alto governo iraniano, não acreditam no liberalismo, tradições ou pluralismo políticos que são protegidos pelas democracias ocidentais. Contudo, pode-se afirmar que em relação a outros países árabes o Irã possui maior participação política e liberdade intelectual. Enfim, a “situação não é tão sombria como dizem os Estados Unidos, nem tão cristalina como declara o governo iraniano” (KARABELL, 2000, p.180).

### 3 ANÁLISE COMPARADA DAS RELAÇÕES EUA-IRÃ NAS ADMINISTRAÇÕES OBAMA E TRUMP

#### 3.1 OBAMA

No seu relacionamento com o Irã, os Estados Unidos da América, governado por Obama tem como base a ratificação do Acordo Nuclear, no ano de 2015, em conjunto com China, Rússia, Reino Unido, França e Alemanha (ENTENDA, 2020). Tal acordo estabeleceu que as reservas de urânio enriquecido no Irã deveriam permanecer em níveis limitados, além de proibir a criação de demais instalações a fim de enriquecer este material. Em contrapartida, os países se comprometiam em remover as sanções já impostas, gerando uma quantia que ultrapassava os 100 bilhões de dólares.

Essa tentativa dos Estados Unidos em se reaproximar do Irã, todavia, não se mostrava muito positiva em relação à Arábia Saudita, que se viu desprestigiada (WEDDINGTON, 2017). O então presidente Obama (Figura 5) chegou a sugerir aos sauditas o compartilhamento da região, buscando a instituição da paz (GOLDBERG, 2016).



Figura 6 - Barack Obama  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).

Obama manteve a coerência de reconhecer o problema da proliferação de armas de destruição em massa para a segurança dos EUA ao buscar desacelerar o programa nuclear do Irã. Para tanto, utilizou-se de todos os expedientes que tinha a seu favor, incluindo negociações e sanções.

O programa nuclear do Irã é paradigmático da “Nova Era de Compromisso”, combinando os gestos diplomáticos anteriormente mencionados, a negociação multilateral envolvendo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), França e Rússia dispostos a enriquecer parte do urânio iraniano para uso pacífico e a coação, transitando para as sanções no Conselho de Segurança da ONU frente ao impasse nas negociações (AYERBE, 2010, p.55)

No mesmo sentido de impedir a disseminação nuclear, Jesus (2014) aponta que os EUA formalizaram um acordo com a Rússia, denominado de o “Novo START” (que seria a assinatura de um acordo para limitar as armas estratégicas ofensivas, principalmente as nucleares), em busca de afigurar-se como um exemplo a ser seguido a fim de conter a expansão nuclear, principalmente do Irã e da Coreia do Norte.

Tanto a negociação como a ratificação do Novo START foram difíceis, mas a entrada do tratado em vigor permitiu a Obama realizar três objetivos principais: a promoção da estabilidade estratégica na relação entre as duas potências nucleares ao reduzir suas armas estratégicas; o renascimento e o aprimoramento de um sistema rigoroso de verificação como o do START I e a reinserção da redução de armas nucleares na agenda internacional (JESUS, 2014, p.36).

Tanto o Irã quanto a Coreia do Norte ocupavam espaço de destaque no que se refere à proliferação nuclear. A primeira abordagem de Obama virou-se para o engajamento do Irã, contudo, tendo os resultados sido inexpressivos, passou a pressionar Teerã. Em continuidade ao seu plano de restringir a proliferação nuclear, Obama buscou garantir que os países que não honrassem com as regras deveria enfrentar consequências progressivas. Os primeiros esforços de Obama para engajar o Irã foram capazes de lhe conferir maior credibilidade ao buscar apoio de outras nações para a aplicação de sanções. Isso permite compreender o que contribuiu para que uma resolução do Conselho de Segurança da ONU de 2010 que estipulava sanções mais severas ao Irã fosse aprovada.

Cumpra registrar que, tratando-se de prioridades, para os Estados Unidos era primordial obter maior transparência do governo iraniano em relação ao seu programa nuclear, o que superava, inclusive, demais preocupações que pudessem existir quanto à estabilidade da democracia no Irã.

O governo de Barack Obama, passou a adotar a chamada “abordagem dos dois trilhos”, o que alavancou a questão do tratamento multilateral quanto à matéria, o que ainda foi comedido por renovadas sanções contra o Irã.

Como parte do sucesso de Obama em conseguir apoio da China e da Rússia no combate à proliferação nuclear na Coreia do Norte, por meio de aplicações conjuntas de sanções, foi possível obter, ainda, um acordo de não proliferação com o Irã no ano de 2015.

O Irã e o P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, acrescentada a Alemanha) firmaram o chamado Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA), documento que solucionou, em princípio, a questão nuclear iraniana.

### 3.2 TRUMP

A partir da análise do período de governo do presidente Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), o Irã é tido como principal responsável pelo caos no Oriente Médio. Para Trump (Figura 7), o Irã tem sido o financiador de redes de terroristas e tem dado apoio a ditaduras na região. O presidente estadunidense considera o Irã como “o principal patrocinador estatal do terrorismo no mundo”, tendo passado a desconsiderar o acordo nuclear até então firmado entre o Irã e os EUA e outras cinco potências mundiais em 2015, afirmando que o país iraniano está descumprindo suas cláusulas (NASR, 2018).

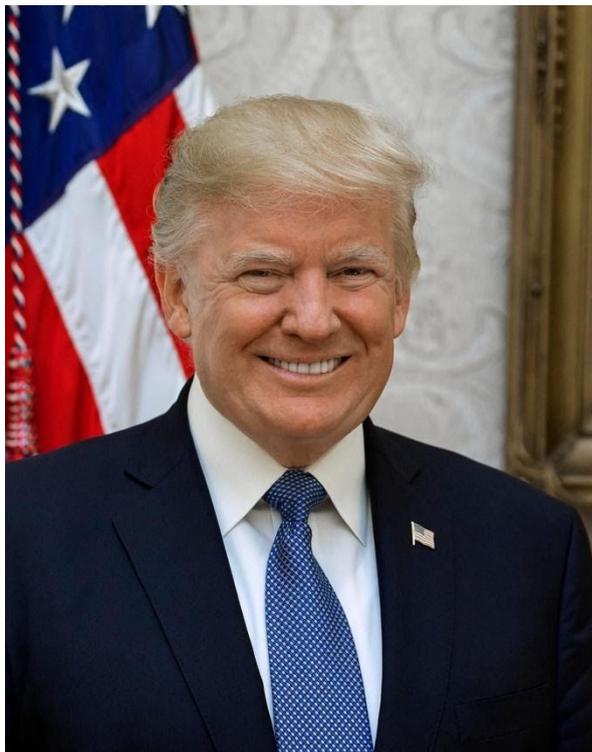


Figura 7 – Donald Trump  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).

O ex-secretário de defesa dos EUA, James Mattis, (o atual secretário de defesa chama-se Mark Esper) apontou que o país iraniano representa como ameaça mais perseverante para a continuidade da paz no Oriente Médio. Na Arábia Saudita, encontra-se posicionamento convergente, vez que seu ministro das Relações Exteriores, Adel al-Jubeir, também conclui que o Irã é um dos causadores do caos no Oriente Médio. (NASR, 2018).

No Oriente Médio, o Irã é o país mais atingido pela epidemia do coronavírus. Porém, Trump foi categórico em afirmar que não poupará o país das sanções norte-americanas em relação às receitas de petróleo e que isolam a economia da República Islâmica. A política de pressão continua, segundo o ex-secretário (Brian Hook – 07/08/2020), representante especial de assuntos iranianos dos EUA e de conselheiro sênior do secretário de Estado. O atual secretário Abrams Elliott, empossado nas mesmas funções, é um veterano conservador e o representante especial do Departamento de Estado para a Venezuela. Segundo Mike Pompeo (atual secretário de Estado), Elliott também continuará a exercer esse cargo, considerado linha-dura em relação ao Irã.

A China pediu para Washington, aliviar as sanções contra o Irã, por motivos humanitários, (epidemia do coronavírus) – porém, autoridades norte-americanas, diplomatas estrangeiros não viram sinal de boa vontade de Trump, que continua a exercer forte pressão ao regime de Teerã.

Além do mais, não se pode deixar de especificar a questão xiitas/sunitas como parte do contexto geopolítico. Conforme Marques (2015), no aspecto religioso, os sunitas são formados por diversas escolas de jurisprudência islâmica distintas entre si, ao passo que durante séculos, os xiitas distribuem-se em seitas com crenças variadas.

Marques (2015) aponta, ainda, que o sunismo, desde os primórdios do Islã, tem sido a facção prevalecente, tanto demográfica quanto politicamente. Os sunitas representam por volta de 4/5 dos muçulmanos. Estes estão distribuídos geograficamente em regiões tradicionais para o Islã, estendendo-se do Marrocos às Filipinas, da Sibéria à Moçambique, o que por certo explica a diversidade deste povo, dos quais muitos não são árabes.

Os xiitas, por sua vez, encontram-se em sua maior parte no Irã, Iraque, Bahrein e Azerbaijão, e por diversas razões têm sido vinculados ao primeiro país, tendo em vista que ao longo de muitos séculos somente no país iraniano reconhecia-se o xiismo como religião estatal (MARQUES, 2015).

De forma precisa permite-se destacar que o Irã tem se posicionado como uma potência no Oriente Médio, principalmente após o começo da administração por um governo teocrático dirigido pelos aiatolás. O crescimento e destaque que este ator tem atingido vem preocupando os líderes das potências ocidentais, em especial EUA e seus aliados.

Em meados de fevereiro de 2017, portanto nos meses iniciais de seu governo, Donald Trump impôs pesadas sanções contra o Irã em resposta a um teste de míssil balístico empreendido por aquele país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017). Os principais alvos dessas sanções foram empresas e empresários acusados de contribuir com o Irã na obtenção de tecnologias pró-nucleares, sendo que foram, assim, impedidos de realizarem negócios de qualquer espécie com os EUA.

Mais do que impor restrições ao Irã, Trump procurou estabelecer uma reaproximação de antigas e relevantes alianças. Tanto é que a primeira viagem

oficial internacional do presidente norte-americano Donald Trump foi à Arábia Saudita. Em tal visita destacou-se a ratificação do maior acordo para venda de armamentos da história (G1, 2017). Nele, a Arábia Saudita, assumiu o compromisso em comprar o equivalente a 350 bilhões de reais nos anos iniciais do acordo, além de 1,3 trilhão de reais nos dez anos que se seguiriam.

Restou cautela o interesse do governo Trump em estabelecer sua política externa em torno da Arábia Saudita e, por consequência, afastar-se cada vez mais do Irã. Cabe mencionar, ainda, as vultuosas cifras gastas pela Arábia Saudita com seu orçamento militar, no importe de aproximadamente 10% do seu PIB, fazendo o país constar como o terceiro no ranking mundial de orçamentos militares (GLOBAL, 2020). Já o Irã, mesmo possuindo elevado quantitativo de mísseis balísticos, tem na Rússia seu fornecedor de armamentos, além do impacto que tem de suportar por conta das sanções que lhe foram impostas.

Esta retomada de alinhamento nos interesses entre EUA e Arábia Saudita despertaram a atenção do Irã que, sentindo-se ameaçado, partiu para reações que não demoraram a ser vistas. Passados meses da ratificação do acordo entre EUA e Arábia Saudita, um míssil balístico direcionado ao aeroporto de Riad foi interceptado (O GLOBO, 2020). Apesar deste ataque ter sido reivindicado pelos Hutas no Iêmen, a análise dos destroços do material fez com que as autoridades atribuíssem ao míssil origem iraniana.

Como consequência, o governo de Donald Trump utilizou-se de medidas drásticas em 2018. De início, o presidente norte-americano anunciou que os EUA não mais fariam parte do acordo firmado em 2015 por Obama (G1, 2015), alegando que o Irã havia deixado de cumprir as cláusulas constantes do acordo e que o país estava se utilizando dos fundos arrecadados com o cancelamento das sanções para alavancar o seu programa nuclear. Isso fez com que os EUA fizessem reestabelecer todas as sanções que anteriormente havia, paralisado fundos e limitando o comércio de matérias-primas. As sanções foram mais enrijecidas ainda em novembro do mesmo ano (G1, 2018).

Em 2019, de maneira inédita, os EUA tomaram a decisão de declarar a Guarda Revolucionária do Irã como uma organização de caráter terrorista. Foi a primeira vez que um governo norte-americano classificou uma unidade militar

estrangeira desta forma (G1, 2019). Em seguida, o governo norte-americano impôs mais sanções contra a guarda iraniana, como foi o embargo de bens que pudessem existir em área que estivesse sob a jurisdição dos EUA. Ainda no mesmo ano, outro episódio viria a agravar as relações da Arábia Saudita e dos EUA com o Irã. Em setembro, duas instalações da maior companhia de petróleo saudita, Aramco, foram atacadas por drones e mísseis balísticos, ocasionando extensos danos. De acordo com o governo da Arábia Saudita, estes ataques foram capazes de afetar em muito a produção nacional de petróleo, ocasionando uma queda de mais de 50% e fazendo com que os preços do produto no mercado internacional sofressem uma variação positiva de mais de 10% (G1, 2019).

Este ataque também foi reivindicado pelos Hutis do Iêmen. No entanto, o Secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, acusou o Irã de organizar tal ação, alegando que os Hutis não eram capazes de tal empreitada, visto não possuíam a estrutura ofensiva necessária para realizar o ataque isoladamente. Este episódio influenciou para que EUA impusessem novas sanções ao país iraniano (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), com bloqueios que afetaram o Banco Central e o Fundo Nacional de Desenvolvimento daquele país, que eram as derradeiras fontes de recursos que ainda não haviam sido afetadas pelas restrições anteriores.

O auge do embate entre as duas nações se daria por volta do fim de 2019. Não em terras iranianas, mas em iraquianas. Foi a vez do grupo Kataib Hezbollah, financiado e armado pelo Irã ser o suposto responsável pelo ataque a uma base iraquiana que continha tropas da coalizão, em que um empreiteiro norte-americano foi morto (UOL, 2019). Tal evento foi o motivador de um ataque dos EUA a uma base operacional do grupo, também no Iraque (G1, 2020).

Como resposta ao ataque, dias depois, a Força Quds iraniana – que à época era comandada pelo general Qassem Soleimani (Figura 8) – ordenou, no dia 31 de dezembro de 2019, que fosse invadida a embaixada dos Estados Unidos em Bagdá (G1, 2019). Essa ordem motivou que Trump desse o aval, no dia 3 de janeiro de 2020, para que fosse assassinado Soleimani (ALJAZEERA, 2020), o qual era tido pelos Estados Unidos como aquele que coordenaria o apoio da rede terrorista. Assim, estando de saída do aeroporto de Bagdá, o carro em que estava Soleimani foi alvejado por mísseis lançados de um drone norte-americano.



Figura 8 – Qassem Soleimani  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).

A popularidade do general Soleimani no Irã foi o suficiente para que o ataque fosse condenado energicamente pelo líder supremo do país, Ali Khamenei, o qual garantiu severas retaliações. Tais promessas se tornaram concretas no ataque a bases americanas localizadas no Iraque (THE GUARDIAN, 2020), contudo sem ocasionar maiores danos. Além disso, destaca-se a saída do Irã do acordo nuclear de 2015, anunciada por Teerã, evidenciando o retorno do seu programa nuclear (UOL, 2020).

### 3.3 OBAMA, TRUMP E IRÃ

Na Plataforma do Partido Democrata, de 2008, consta expressamente que “o mundo precisa prevenir que o Irã adquira armas nucleares. Isso começa com sanções mais duras e diplomacia de alto nível, sem pré-condições” (PPD, 2008, p. 31). O documento apresenta duas propostas para o Irã:

Iremos oferecer ao Irã uma escolha clara: se você abandonar seu programa de armas nucleares, o apoio ao terrorismo e as ameaças a Israel, você irá receber incentivos significativos, caso contrário, os Estados Unidos e a comunidade internacional irá aumentar a pressão, com sanções unilaterais mais severas, sanções multilaterais mais duras dentro e fora do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e uma ação contínua para isolar o regime iraniano (PLATAFORMA DO PARTIDO DEMOCRATA, 2008, p. 31).

A National Security Strategy (Estratégia de Segurança Nacional), de 2010, aponta a mesma direção ao reconhecer o Irã como prioridade máxima de segurança. O documento do partido democrata alegava, ainda, que o Irã desestabilizava o Oriente Médio, ameaçava Israel, apoiava o terrorismo e era uma ameaça para a paz mundial.

Cabe abordar a Declaração de Teerã, assinada por Brasil, Turquia e Irã no dia 17 de maio de 2010. Por esta proposta, o Irã se comprometia a transferir seu estoque de urânio levemente enriquecido, o que na época totalizava 1.200 quilos, para a Turquia. Em contrapartida, haveria uma retirada das sanções e o Irã poderia receber 120 quilos de combustível para seu reator de pesquisa. A iniciativa dos três países, contudo, foi frustrada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que já no dia 9 de junho, voltou a aplicar sanções ao Irã, desta forma, desconsiderando a existência da Declaração firmada.

Alguns eventos e mudanças no relacionamento entre Washington e Tel Aviv, no entanto, contribuiriam para um caminho mais favorável a algum acordo. Em 2013, a eleição de um presidente considerado mais pragmático no Irã, Hassan Rouhani, com uma plataforma de campanha pautada pela recuperação da economia (REUTERS, 2016), que até então estava bastante atingida pelas sanções impostas, criou um cenário de viabilidade de diálogo para Obama, que dialogou com Rouhani pelo telefone em setembro de 2014, o contato de mais alto nível entre os dois países em mais de três décadas. No fim do mesmo ano, o grupo formado por Estados Unidos, Rússia, China, França, Reino Unido e Alemanha – grupo conhecido como P5 + 1, os cinco membros do CSNU mais a Alemanha – dão início às negociações com o Irã, e que posteriormente viria a culminar no Joint Comprehensive Plan of Action de julho de 2015, ou o “acordo nuclear iraniano”.

O Joint Comprehensive Plan of Action (JCPA) caracterizou-se por ser um acordo no qual o Irã restringiria suas próprias atividades nucleares e permitiria uma fiscalização constante delas para que, em contrapartida, fossem retiradas as sanções que afligiam sua economia. Parte do compromisso do Irã se resumiu a diminuir a quantidade de centrífugas, respeitar um determinado nível de enriquecimento de urânio, dispensar reatores nucleares e concordar com a inspeção rotineira pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Em troca, o Irã poderia ingressar novamente no mercado financeiro internacional e as sanções sob suas exportações de petróleo seriam retiradas (BBC, 2020).

A National Security Strategy, de 2015, passou a refletir tal processo, pois assumiu uma postura de maior otimismo em relação a de 2010, passando a destacar o êxito estratégico da soma de sanções e diplomacia mais severa imposta pelos EUA. Benjamim Netanyahu, apoiado por parte do Congresso dos Estados Unidos, se posicionou contra o acordo, considerando este como “um erro histórico”, visto que, segundo sua visão, Teerã obteve sucesso graças às ameaças realizadas (BROWN, 2015, p. 692). Tal ponto já foi razão para entraves entre Obama e Netanyahu, pois o último era favorável a uma ação que visasse bombardear as plantas nucleares iranianas destruindo-as, enquanto Obama insistia para que o caso fosse levado adiante por via de uma negociação mais severa.

A literatura destaca que o lobbie judaico, principalmente através da American Israel Public Action Committee (AIPAC) restringiu as opções que dispunha Obama para agir no Oriente Médio. Apesar de o JCPA ser considerado um avanço inegável em relação à política externa dos EUA com o Irã, sendo, portanto, um caso reconhecido de sucesso diplomático, não recebeu respaldo no ambiente interno norte-americano, deixando de ganhar status de Tratado e tendo, assim, sua força e eficácia limitadas. A ausência da ratificação por parte do Congresso Americano levou o Partido Republicano, em sua PPR de 2016, a criticar duramente então presidente Barack Obama. O documento asseverou que os pactos climáticos e o do Irã seriam revistos (PLATAFORMA DO PARTIDO REPUBLICANO, 2016, p. 26).

O documento vai além e afirma que o executivo do democrata Obama seria o culpado por bilhões de dólares terem sido liberados ao Irã ao suspender as sanções, o que seria utilizado para patrocinar terroristas, incluindo o Estado Islâmico (PLATAFORMA DO PARTIDO REPUBLICANO, 2016, p. 46).

O NSS de 2018 assumiu postura idêntica, apontando ainda a indispensabilidade da criação de sistemas antimísseis na região do Irã. Em maio de 2018, agindo dentro da visão do seu partido e apoiado por Benjamim Netanyahu, Donald Trump retirou os EUA do acordo nuclear iraniano, avaliando-o como um “péssimo acordo” e que jamais deveria ter sido implementado (NY TIMES, 2018).

Trump também reintroduziu as sanções impostas à economia iraniana através de uma ordem executiva. Obama se posicionou contra as medidas, chegando a declarar que tal ação evidenciou-se como um erro grave por parte de Trump e que os EUA poderiam ter de escolher, em consequência, entre um Irã nuclear ou outra guerra no Oriente Médio (THE GUARDIAN, 2018).

Quando se trata de política externa, os EUA tem um importante termômetro dos interesses internos, que são os chamados think tanks. A Heritage Foundation, importante think tank conservador que tem se demonstrado alinhado com a política exterior de Trump, e tradicional defensora do neoconservadorismo, publicou diversos artigos acerca do acordo nuclear iraniano que são esclarecedores a fim de entender o posicionamento desta corrente da sociedade norte-americana. Previamente à saída de Trump do acordo, um artigo publicado por este think tank afirmava que: “Se o presidente decidir sair do acordo, isso não é nem de longe o fim do mundo – ou até mesmo ruim. Pelo contrário, é um passo necessário para confrontar uma das mais mortais ameaças aos estadunidenses, israelenses e árabes do golfo” (CARAFANO, COFFEY, PHILLIPS, 2018, p. 1).

Em artigo distinto após a saída dos EUA do acordo com o Irã, publicado pela Heritage Foundation, Peter Brookes (2010) defendeu que Trump tomou a decisão acertada, diante da quase nula efetividade do acordo e a manutenção do perigo de um Irã nuclear e economicamente forte no médio prazo (HERITAGE, 2018).

Contrastando com as publicações da Heritage, a revista Foreign Affairs, do Council on Foreign Relations, outro influente think tank estadunidense, este de viés mais democrata, posicionou-se de forma crítica contra Trump. Antes da decisão do presidente norte-americano, um artigo de Peter Harrell (2018), advertia que a postura unilateral com que o governo pretendia agir em relação ao acordo complicaria em muito a eficácia das posteriores sanções planejadas por Trump, visto

que o setor privado, e países como a Rússia e a China, ofereceriam resistência em apoiar os Estados Unidos no boicote, haja vista o aspecto multilateral do JPCA

Seyed Hossein Mousavian (2018), em artigo também publicado pela Foreign Affairs, considerou a retirada do acordo como um desastre estratégico, que acabaria por aproximar o Irã da Rússia e da China, desestabilizando ainda mais o Oriente Médio. Seyed sustentou ainda que “quaisquer que foram os motivos para a saída de Trump do acordo, uma estratégia geopolítica sólida não é um deles” (MOUSAVIAN, 2018, p. 2).

A opinião pública é outro aspecto a ser considerado e que pode influenciar substancialmente a formulação da política externa, não se mostrando relevante apenas durante o ciclo eleitoral ou por apoiar o governo do momento, mas também ajuda a revelar quais as elites internas estão logrando maior êxito em pautar a agenda. Em um estudo publicado pela Gallup, em agosto de 2015, apenas um terço da população norte-americana apoiava a condução do governo Obama em relação ao Irã (NEWS GALLUP, 2018).

Outro estudo, publicado pela mesma agência em fevereiro de 2016 (NEWS GALLUP, 2018), demonstrava que somente 14% dos cidadãos norte-americanos possuíam uma visão favorável do Irã e 30% concordavam com o acordo nuclear iraniano. Com base na filiação partidária, somente 9% dos republicanos aprovavam o acordo, enquanto foi registrado o apoio de 51% dos democratas com relação ao JPCA. Alguns membros do alto escalão do governo e suas origens também ajudam a compreender o cenário interno estadunidense.

O primeiro Secretário de Estado nomeado por Trump foi Rex Tillerson, Chief Executive Officer (CEO) da Exxon-Mobil. Tillerson posteriormente foi substituído por Mike Pompeo, Diretor da CIA. O Secretário do Tesouro definido por Trump foi Steve Mnuchin, executivo da Goldman Sachs. Para a Defesa, Trump optou por um General de longa carreira, Jim Mattis. Outros nomes relevantes são o Secretário de Comércio, Wilbur Ross, importante bilionário do setor industrial, e o National Security Advisor John Bolton, um nome respeitado da ala mais tradicional do Partido Republicano.

Entretanto, não existe um consenso absoluto nem mesmo entre os membros do governo quando se está diante da tarefa de implementar políticas em diversas

áreas. No caso do Irã, por exemplo, o que foi mencionado em artigo recente da Foreign Policy (PERRY, 2018, p. 1-5), John Bolton (ex-conselheiro de segurança nacional), defendia uma intervenção militar no Irã, enquanto Jim Mattis (ex-secretário de Defesa norte-americano) era muito mais cauteloso em relação ao Irã (intervenção militar). Bolton já havia indicado membros para o National Security Council – NSC – que compartilhavam de sua visão.

Já, o atual secretário de Defesa dos EUA, Mark Esper defende uma política mais cautelosa de não atacar patrimônios históricos e culturais do Irã, contrariando a própria fala do presidente Trump.

Mais recentemente, Donald Trump aumentou o tom com o Irã, asseverando que se o país ameaçasse novamente os Estados Unidos, eles sofreriam “consequências que poucos sofreram na história” (NEWYORKER, 2020).

Visando dar conclusão ao presente tópico, constata-se que a natureza do regime iraniano ameaça interesses vitais das elites estadunidenses. Em especial, aquelas ligadas ao petróleo e à linha mais radical com tendência mais militarista. O Irã afigura-se como potência regional que encontra-se em plena disputa com Israel e Arábia Saudita, dois importantes aliados de Washington na atualidade.

A comunidade judaica nos Estados Unidos é muito forte e realiza lobbie constante no Congresso e na Casa Branca em defesa dos interesses de Israel. Ainda que a política externa seja realizada em grande parte por esforço do executivo, dadas suas atribuições e ações, tendo o presidente norte-americano papel importante neste sentido, não se pode desmerecer o sucesso de grupos de interesse, organizados através de lobbies e think tanks e a falta de apoio congressual do governo Obama, que formam um conjunto de atos que permitiram a internacionalização do tema, fazendo com que fosse possível uma resolução da questão iraniana em prol do projeto neoconservador para o país. Tal fato está refletido na opinião pública com relação ao Irã e ao acordo firmado por Obama.

## CONCLUSÃO

Através de estudo e pesquisa, verifica-se as diferenças da política externa estadunidense para com o Irã entre os governos de Obama e Donald Trump.

O conflito entre os Estados Unidos e o Irã é complexo. Envolve a luta por influência na região, a Guarda Revolucionária do Irã, grupo que lutou contra o Estado Islâmico juntamente com os Estados Unidos e que, desde 2019, é considerado uma organização terrorista pelo governo norte-americano, dentre várias outros motivos.

Pode-se afirmar que o governo Trump tem implementado uma política drasticamente diferente dos governos antecessores de Barack Obama. De início, Trump buscou reafirmar suas relações com a Arábia Saudita – relações estas que foram desgastadas após a ratificação do acordo nuclear com o Irã, em 2015 – como também colocou o Irã como um adversário.

Além disso, Trump recorreu a técnicas e abordagens mais específicas, como a realização de ataques cirúrgicos e certos em alvos-chave, tal como foi o ataque a Soleimani. Devido ao seu grau de especificidade, ações como esta são realizadas em conluio com serviços de inteligência estrangeiros, como o Mossad de Israel.

Em síntese, Trump buscou novas abordagens e alianças a fim de alcançar seus objetivos, ao contrário de Obama que priorizava a presença de centenas de milhares de soldados norte-americanos no estrangeiro. Com isso, a situação da segurança no Oriente Médio, Península Arábica e outras regiões próximas envolvidas nas relações entre os Estados Unidos, Irã e Arábia Saudita fica mais complexa e impactam de alguma forma o sistema de segurança regional e internacional.

A hipótese defendida no presente trabalho, nota-se que a variação da política externa com relação ao Irã, entre os governos Obama e Trump, também é explicada pela atuação dos grupos de interesse, que ao mesmo tempo limitaram a realização da agenda de Obama, e constituíram a base de apoio doméstico necessário para Trump reverter a política externa de seu antecessor.

Esse estudo tem como objetivo compreender a política externa de Obama e Trump e, em especial, a relação dos Estados Unidos com o Irã no período estudado. A análise dos grupos de interesse pode, portanto, contribuir para uma maior compreensão dos determinantes da política externa.

Os eventos aqui analisados se situam em um período muito recente e, portanto, novos acontecimentos surgirão, rapidamente, através de notícias e fatos que poderão afetar a análise do período atual.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALJAZEERA. Iran's Qassem Soleimani killed in US air raid at Baghdad airport. **Al Jazeera**. 2020. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2020/01/iraq-3-katyusha-rockets-fired-baghdad-airport-200102232817666.html>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ARMSTRONG, K. **Em Nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, cristianismo, e islamismo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

AYERBE, L.F. Da excepcionalidade unipolar às responsabilidades compartilhadas: Barack Obama e a liderança internacional dos Estados Unidos. **Política Externa**, v. 19, n. 2, p.93-103, 2010.

BBC. World middle east. **BBC**. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world--middle-east-33521655>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BROWN, S. **Faces of power: constancy and change in United States foreign policy from Truman to Obama**. New York: Columbia University Press. 2015.

CARAFANO, J.C; COFFEY, L; PHILLIPS, J. The Dangers of Trump Allowing Iran Deal to Continue. **The Heritage Foundation**. 2018. Disponível em: <<https://www.heritage.org/middle-east/commentary/the-dangers-trump-allowing-iran-deal-continue>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

CHOMSKY, N. **Verdades e mitos sobre a invasão do Iraque**. In: Leo Panitch; Colin Leys (Orgs.). O novo desafio imperial. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CHOSSUDOVSKY, M. **Guerra e globalização: antes e depois de 11 de setembro de 2001**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENTENDA. o acordo nuclear do Irã. **G1**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/entenda-o-acordo-nuclear-com-o-ira.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Governo Trump impõe primeiras sanções ao Irã após teste de míssil. **Folha de São Paulo**. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/02/1855696-governo-trump-impoe-primeiras-sancoes-ao-ira-apos-teste-de-missil.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Trump detalha novas sanções ao Irã e faz ressalvas a ação militar. **Folha de São Paulo**. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/trump-anuncia-novas-sancoes-contr-o-ira-e-poe-ressalvas-a-acao-militar.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

FUSER, I. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: Unesp, 2008.

G1. Trump anuncia primeira viagem internacional do governo na Arábia Saudita. **G1**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/trump-inicia-primeira-viagem-internacional-do-governo-na-arabia-saudita.html>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

G1. Sanções do EUA contra Irã entram em vigor nesta segunda-feira. **G1**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/05/sancoes-dos-eua-contr-ira-entram-em-vigor-nesta-segunda-feira.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

G1. EUA fazem ataques no Iraque e na Síria contra milícias xiitas apoiadas pelo Irã. **G1**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/29/eua-fazem-ataques-no-iraque-e-siria-contr-milicias-xiitas-apoiadas-pelo-ira.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

G1. Manifestantes invadem área da embaixada dos EUA no Iraque; Trump responsabiliza Irã, mas país nega. **G1**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/31/manifestantes-tentam-invadir-embaixada-dos-eua-no-iraque.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

G1. EUA acusam Irã de envolvimento em ataque a Arábia Saudita; Irã nega. **G1**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/15/eua-acusam-ira-de-envolvimento-em-ataque-na-arabia-saudita-ira-nega.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

G1. Trump anuncia retirada dos EUA de acordo nuclear com Irã. **G1**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-anuncia-retirada-dos-eua-de-acordo-nuclear-com-o-ira.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

GLOBAL. Defend spending budget. **Global**. 2020. Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/defense-spending-budget.asp>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

GOLDBERG, J. **The Obama Doctrine**. 2016. Disponível em: <[http://businesstoday.lk/pdf/june\\_2016/President\\_Obamas\\_Interview\\_With\\_Jeffrey\\_Goldberg.pdf](http://businesstoday.lk/pdf/june_2016/President_Obamas_Interview_With_Jeffrey_Goldberg.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2020.

GORDON, M. **Khomeini**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

HARRELL, P. The Challenge of Reinstating Sanctions Against Iran It's Not as Simple as Withdrawing From the JCPOA. **Foreign Affairs**. 2018. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2018-05-04/challenge-reinstating-sanctions-against-iran>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

HERITAGE. Trump was right terminate the Iran deal. **Heritage**. 2018. Disponível em: <[www.heritage.org/middle-east/commentary/trump-was-right-terminate-the-iran-deal](http://www.heritage.org/middle-east/commentary/trump-was-right-terminate-the-iran-deal)>

JESUS, Diego Santos Vieira de. Poder inteligente e acomodação: os EUA durante o governo Obama. **Conjuntura Internacional**, v. 11, n. 1, p.9-17, 2014.

KARABELL, Z. **Iran and human rights in Human Rights and Comparative Foreign Policy: foundations of Peace**, 2000. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/27531.pdf> Acesso em: 13 jun. 2020.

KINZER, Stephen. **Todos os Homens do Xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MARQUES, F.H.J.S. **As tensões intra-islâmicas: a oposição entre sunitas e xiitas no contexto geopolítico do Médio Oriente**. 2015. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa). Instituto de Estudos Políticos - Universidade Católica Portuguesa. 2015

MAUGERI, L. **The Age of Oil: The Mythology, History and Future of the World's Most Controversial Resource**. Westport: Praeger, 2006.

MOUSAVIAN, S.H. The Strategic Disaster of Leaving the Iran Deal. **Foreign Affairs**. 2018. Disponível em:

<<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2018-05-10/strategic-disaster-leaving-iran-deal>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

NASR, V. Iran Among the Ruins. **Foreign Affairs**. v.97, n.2, p.108-118, 2018.

NEWS GALLUP. Obama gets low marks handling Iran. **News Gallup**. 2018. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/184604/obama-gets-low-marks-handling-iran.aspx>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

NEWYORKER. Trump threatens showdown with Iran. **New Yorker**. 2020. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/news-desk/trump-threatens-showdown-with-iran>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

NY TIMES. Trump Iran nuclear deal. **New York Times**. 2018. Disponível em: <[www.nytimes.com/2018/05/08/world/middleeast/trump-iran-nuclear-deal.html](http://www.nytimes.com/2018/05/08/world/middleeast/trump-iran-nuclear-deal.html)>. Acesso em: 13 jun. 2020.

O GLOBO. Arábia Saudita intercepta míssil balístico a caminho do aeroporto de Riad. **O Globo**. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/arabia-saudita-intercepta-missil-balistico-rumo-ao-aeroporto-de-riad-22030216>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PERRY, M. Matti's Last Stand on Iran. **Foreign Affairs**. 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/06/28/mattis-last-stand-is-iran/>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

POLLACK, K. **The Persian Puzzle: The Conflict Between Iran and America**, Nebraska: Random House, 2004.

PLATAFORMA DO PARTIDO REPUBLICANO. **Republican Party Platform**. 2008. Disponível em: <[https://prod-cdn-static.gop.com/media/documents/DRAFT\\_12\\_FINAL%5B1%5D-ben\\_1468872234.pdf](https://prod-cdn-static.gop.com/media/documents/DRAFT_12_FINAL%5B1%5D-ben_1468872234.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PODER 360.

<https://www.poder360.com.br/internacional/secretario-de-defesa-descarta-ataque-do-s-eua-contra-patrimonio-cultural-do-ira/>

\_\_\_\_\_. **Republican Party Platform**. 2016. Disponível em: <[https://prod-cdnstatic.gop.com/media/documents/DRAFT\\_12\\_FINAL\[1\]-ben\\_1468872234.pdf](https://prod-cdnstatic.gop.com/media/documents/DRAFT_12_FINAL[1]-ben_1468872234.pdf)>. Acesso em

REUTERS. Timeline us Iran relations from 1953 coup to 2016 sanctions relief. **Reuters**. 2016. Disponível em: <[www.reuters.com/article/iran-nuclear-usa-timeline/timeline-u-s-iran-relations-from-1953-coup-to-2016-sanctions-relief-idUSL2N1500R1](http://www.reuters.com/article/iran-nuclear-usa-timeline/timeline-u-s-iran-relations-from-1953-coup-to-2016-sanctions-relief-idUSL2N1500R1)>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SPOHR, A.P. **A Inserção Internacional do Golfo Pérsico: os casos saudita e iraniano**. 81 f. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013.

THE GUARDIAN. Iran deal Trump withdraw us latest news nuclear agreement. **The Guardian**. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/may/08/iran-deal-trump-withdraw-us-latest-news-nuclear-agreement>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

THE GUARDIAN. Misseis lançados pelo Irã contra bases norte-americanas no Iraque. **The Guardian**. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/jan/07/trump-iran-suleimani-threats-retaliation>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

UOL. Civil norte-americano morre em ataque no norte do Iraque. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/12/27/civil-americano-morre-em-ataque-no-norte-de-iraque.htm>>. Acesso em:

UOL. Após ataque dos EUA, Irã anuncia que retomara o programa nuclear sem restrições. **UOL**. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/01/05/apos-ataque-dos-eua-ira-anuncia-que-vai-enriquecer-uranio-sem-restricoes.htm>>. Acesso em:

VISENTINI, P.F. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WEDDINGTON, D. **Rivalry in the Middle East: The History of Saudi-Iranian Relations and its Implications on American Foreign Policy**. 2017.

WRIGHT, R. **The Last Great Revolution**. New York: Vintage Books, 2000.

YERGIN, D. **O Petróleo: uma historia mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

## ANEXO I



Figura 5 – Mapa do Irã  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).



Figura 6 – Localização geográfica do Irã

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).



Figura 7 – Bandeira do Irã  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).



Figura 8 – Mapa dos Estados Unidos da América

Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).



Figura 9 – Localização geográfica dos Estados Unidos da América  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).



Figura 10 – Bandeira dos Estados Unidos da América  
Fonte: (WIKIPEDIA, 2020).